

Déficit público vai a 8,75%, o maior desde janeiro de 96

Juros de dívida pública e Previdência foram os que mais contribuíram para o aumento do rombo nas contas do Governo

Marcone Gonçalves

Da Agência O GLOBO

• BRASÍLIA. A manutenção das taxas de juros altas e o aumento do déficit nas contas do INSS voltaram a provocar um estrago nas contas públicas em novembro do ano passado. O déficit nominal acumulado em 12 meses, segundo cálculos de especialistas, atingiu 8,75% do Produto Interno Bruto (PIB), o maior desde janeiro de 1996. Do déficit nominal de R\$ 8,765 bilhões de novembro, divulgado ontem pelo Banco Central, R\$ 7,374 bilhões correspondem apenas ao pagamento de juros da dívida pública.

O déficit do setor público acumulado no ano somou R\$ 65,158 bilhões, o equivalente a 7,83% do Produto Interno Bruto (PIB). Até outubro, esse déficit era de 7,45% do PIB. Apesar dos números ruins de novembro, o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, sustenta que o resultado previsto para o encerramento de 1998 acertado no acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá ser cumprido. No acordo, a previsão é que o déficit nominal este ano chegará a R\$ 72,879 bi-

lhões. Altamir assinalou que o resultado positivo de cerca de R\$ 2 bilhões nas contas do Tesouro em dezembro já são suficientes até para compensar uma eventual piora das contas dos governos estaduais em dezembro. Com isso, o país também deverá cumprir a meta de resultado primário (que não contabiliza os gastos com juros) superavitário de R\$ 5,025 bilhões para as contas do Governo Federal, Banco Central e INSS em 1998.

Dívida líquida passou de 40,9% para 41,9% do PIB

A insuficiência de recursos próprios para financiar as contas públicas levou a um forte aumento da dívida líquida total do setor público que passou de 40,9% do PIB (R\$ 367,741 bilhões) para 41,9% (R\$ 378,271 bilhões) entre outubro e novembro. Esse aumento do endividamento se deveu basicamente ao Governo federal que precisou de mais recursos para cobrir os gastos do mês. A dívida líquida federal, no período, passou de R\$ 208 bilhões para R\$ 225 bilhões.

Somente a dívida em papéis do Governo subiu R\$ 3,9 bilhões atingindo R\$ 323,8 bilhões em de-

zembro. Nesse mês o Governo pagou R\$ 7,7 bilhões dos juros dessa dívida e resgatou R\$ 7 bilhões de papéis para ajustar o nível de liquidez da economia em dezembro. Além disso, o Tesouro emitiu R\$ 3,3 bilhões de títulos por conta da renegociação da dívida dos estados e do saneamento do Banco do Rio Grande do Sul, que será privatizado no âmbito do programa de incentivo à redução dos bancos estaduais (Proes). Desde dezembro de 1994, ano do lançamento do Plano Real até o final do ano passado, a dívida mobiliária federal aumentou 424,2% em termos nominais por causa da acumulação de reservas cambiais.

Ontem foi o último dia da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Brasil. A chefe da missão, a economista Teresa Ter-Minassian embarcou para Washington e, no aeroporto, rejeitou as moedas de centavos do real. De acordo com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, o superávit primário terá que aumentar gradativamente em três anos. Este ano, ele terá que ficar entre 3% e 3,5% do PIB. ■

COLABOROU Leandra Peres